

REABERTURA. Direção do hospital vai usar verba para quitar débitos e retomar serviços suspensos

MEC libera R\$ 2,7 mi para o HU

Apesar dos recursos, diretores da unidade buscam renovar contrato com Ministério da Saúde para assegurar que o atendimento seja 100% normalizado

BLEINE OLIVEIRA
REPÓRTER

Com parte do atendimento suspenso desde a semana passada, o Hospital Universitário (HU) deve normalizar a realização de cirurgias e internamentos de pacientes da clínica médica e pediátrica, bem como o registro de novos pacientes da oncologia, em até 20 dias, a contar de ontem.

É que foram liberados, pelo Ministério da Educação (MEC), R\$ 2,7 milhões para pagamento de débitos diversos, principalmente com fornecedores de insumos e medicamentos. Mas as condições para a normalização dos serviços, com funcionamento 100%, ainda não estão totalmente asseguradas.

O HU ainda depende da renovação do convênio com o Ministério da Saúde (MS), a chamada contratualização, o que assegura o atendimento a pa-

cientes do Sistema Único de Saúde (SUS), na capital. Esse convênio garante R\$ 1 milhão e 700 mil de receita mensal ao Hospital Universitário.

Ontem, durante reunião no Ministério Público Federal (MPF/AL), a secretária municipal de Saúde, Sylvana Medeiros, disse que a Prefeitura de Maceió já oficializou a nova contratação e o termo aditivo dos convênios com o Hospital Universitário.

“A parte do município, que era discutir toda a contratualização e o termo aditivo, já foi feita”, disse ela. Segundo Medeiros, o recurso é repassado pelo Ministério da Saúde. A secretária disse ainda que, a partir de agora, o município não tem mais recurso para repassar ao HU. Ela garantiu que o último débito seria de recursos referentes à Rede Cegonha, e foi liberado ontem.

Com isso, afirmou Sylvana Medeiros, o funcio-



AILTON CRUZ

Soluções para a situação do HU foram discutidas ontem, durante reunião no gabinete da procuradora federal Roberta Bomfim

namento da UTI neonatal e da maternidade está garantido. “Tivemos redução de recurso do teto financeiro do município e tivemos que fazer ajuste em todas as planilhas. Fizemos isso com todos os prestadores e com o HU. Mas, até por ser uma unidade pública, tivemos que priorizá-lo”, assegurou a secretária de Saúde de Maceió.

Entretanto, na reunião com a procuradora federal Roberta Bomfim, dire-

tores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (Ebserh/HUPAA/Ufal) ressaltaram que os procedimentos na maternidade e nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) neonatais, referências em Alagoas, foram mantidos.

Segundo o gerente de Atenção à Saúde, Sebastião Praxedes, que representou o HU na reunião no MPF, diante da falta de verbas, que provocou a fal-

ta de insumos e medicamentos, foram suspensas, desde a última quarta-feira, dia 23, cirurgias – de pequeno, médio e grande porte –, internação nas clínicas médica e pediátrica, e o atendimento a novos pacientes com câncer. Os demais serviços continuam sendo prestados à população.

SOLUÇÃO

Desde então, o MPF intermedeia uma solução para assegurar o retorno

à assistência plena, naquela unidade. A reunião de ontem foi a portas fechadas. Durante o encontro, ficou definido que a Ebserh/HUPAA/Ufal manterá o Ministério Público Federal informado acerca do gradativo abastecimento e remarcação de todos os procedimentos cirúrgicos.

Segundo a empresa, permanece apenas a suspensão das cirurgias que dependem efetivamente da chegada dos insumos empenhados. ☺